

No rastro da inclusão digital: uma jornada por metáforas e alegorias

ALBERTO JORGE SILVA DE LIMA*

Introdução

Nos últimos 20 anos, uma série de iniciativas foi colocada em prática no Brasil sob a égide do discurso da inclusão digital. Como exemplos de primeiras experiências do tipo, costumam ser citadas, dentre outras iniciativas e projetos, o *Comitê para a Democratização da Informática* (CDI), o projeto *Sampa.org* do instituto Florestan Fernandes, as *Escolas de Informática e Cidadania* (EICs) do Viva Rio e o programa de telecentros da Prefeitura de São Paulo (AZEVEDO, 2009; SOCINFO, 2000; SILVEIRA, 2001; HEINHARD, MACADAR, 2006). Embora com suas particularidades, todos esses projetos tinham em comum, em seu alvorecer pelo menos, a criação de uma infraestrutura de acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) visando a inclusão dos indivíduos na 'Sociedade da Informação'²⁶ e a conseqüente, assim seguia-se o argumento, redução das desigualdades sociais. Cabe citar, ainda, a diversidade de perfis das pessoas e instituições envolvidas na concepção e na condução dessas iniciativas, com destaque para ONGs, governos de diversos níveis e empresas. Como ilustração dessa diversidade, a revista *ARede*, importante aliada no estabelecimento de um discurso da inclusão digital no país, em anuário referente ao ano de 2011, apresenta 17 projetos de âmbito federal, 22 de âmbito estadual e 22 ligados às capitais dos estados (DIAS, 2011). Em anuário referente ao ano de 2010, a mesma revista apresenta 57 projetos da sociedade civil, sendo 30 conduzidos pelo terceiro setor (ONGs) e 27 pelo setor privado (DIAS, 2011).

Esse artigo é resultante de uma revisão bibliográfica realizada por mim para a qualificação de mestrado, no qual venho desenvolvendo estudos com o intuito de traçar as redes sociotécnicas que dão forma e conteúdo a alguns projetos de inclusão digital na cidade do Rio de Janeiro. Essa revisão, em particular, procurou fazer um acompanhamento do percurso histórico da expressão 'inclusão

* Mestrando da linha de pesquisa de Informática e Sociedade do Programa de Engenharia de Sistemas e Computação da COPPE/UFRJ e professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Bolsista de mestrado da Capes entre os anos de 2010 e 2012.

26 Para uma discussão sobre o conceito de Sociedade da Informação, ver Castells (1999).

digital' – e de outras expressões a ela correlatas, tais como 'exclusão digital' e '*digital divide*' –, com atenção especial às diferenças de concepção quanto ao que se entende por inclusão digital, bem como aos recursos alegóricos e metafóricos utilizados para sustentar cada uma dessas concepções.

Algumas notas metodológicas

Uma primeira tentação na busca por mapear a trajetória de construção da inclusão digital seria escolher alguma definição para a expressão, tomá-la como **verdadeira e única** e, a partir daí, considerar somente os relatos a ela atados. Teríamos, nesse caso, apenas uma versão **singular e definida** do que seria inclusão digital. Entretanto, tal escolha distanciaria esse artigo da intenção de gerar um efeito narrativo que desse conta de explorar as diferentes concepções que o termo pode carrear. De fato, mesmo a ideia de traçar a trajetória fica, segundo a observação anterior, na berlinda, uma vez que há seguramente diversas trajetórias passíveis de descrição, a depender do olhar e dos instrumentos que o pesquisador tenha em mãos. Sendo assim, talvez seja melhor falar em **uma** trajetória de construção, **uma** história possível²⁷.

Essa opção pela multiplicidade é inspirada pelas reflexões de Law (2004; 2006) acerca da maneira como os métodos de pesquisa em ciências sociais costumam lidar com a chamada “realidade”. Em geral, segundo este autor, esse tipo de pesquisa está atado a uma tradição metafísica 'euro-norte-americana' onde o real é concebido como algo **primitivo** (que existe “fora de nós”, ou como define o autor, em inglês, uma '*out-thereeness*'), **independente** (que independe de nós e de nossas ações), **definido** (que possui uma forma específica), **anterior** (que antecede à tentativa de apreendê-lo) e **singular** (é único, embora possa ser visto/experimentado sob diferentes perspectivas).

O problema com essa tradição metafísica, ainda segundo Law, é que ela ignora o caráter construtor de realidades do método e a fluidez que caracteriza a suposta realidade em foco. Para ele, “certos aspectos do mundo são capturados em nossas etnografias, histórias e estatísticas. Mas outros não o são, ou, se o são, então é porque foram distorcidos em nome da clareza (LAW, 2004:2)²⁸”. O argumento principal do autor é que todo método é performativo, pois coloca em cena certos traços do real enquanto, no mesmo movimento, alteriza outros. Em outras palavras,

27 Para uma perspectiva semelhante na história das ciências e das tecnologias, ver Levy (1989).

28 As citações dos originais em inglês presentes nesse artigo foram livremente traduzidas pelo autor.

se as realidades são performadas, então a realidade não é, em princípio, fixa ou singular e a verdade não é mais a única base para se aceitar ou rejeitar uma representação. A implicação é que há várias razões possíveis, incluindo a política, para performar um tipo de realidade em vez de outro e que essas bases podem em alguma medida ser debatidas. Isto é política ontológica (LAW, 2004:162).

Os argumentos de Law não repousam em um relativismo onde tudo é possível e aceitável. Antes, reconhecem que o trabalho de pesquisa, no mesmo movimento de apreensão de uma realidade, produz essa realidade, nos limites impostos pelo que ele chama de método assemblagem (*'method assemblage'*), isto é, o processo que define aquilo que será amplificado ou feito presente, e o que, por outro lado, será posto na penumbra ou será alterizado.

No reconhecimento desse caráter construtor de realidades do método, apresento a seguir **uma narrativa possível** para a construção do que se passou a chamar, no Brasil, de inclusão digital.

Breve história do nascimento de um termo

As dificuldades para se tecer uma narrativa da trajetória de construção da expressão inclusão digital fizeram-se presentes desde minhas primeiras incursões sobre o tema. Um primeiro indício dessas dificuldades pode ser identificado em Silveira (2008), que afirma que

durante o final dos anos 1990 e o início do século XXI, os termos digital divide, digital apartheid, divisão ou brecha digital, muito utilizados pelas grandes corporações de tecnologia e pela mídia do mundo rico foi (sic) sendo substituído, no Brasil, pela noção de exclusão [digital] (SILVEIRA, 2008:43).

Embora Silveira afirme em seu artigo que não pretende “realizar um relato histórico da aplicação dos termos exclusão/inclusão digital, mas discutir o valor, a aplicação e os contextos de seus usos, bem

como analisar as principais críticas a sua utilização (SILVEIRA, 2008:44)”, seria interessante tentar mapear as origens de cada um dos termos, bem como problematizar a aparente suposição de que os efeitos de uso dos termos inclusão/exclusão, no português, guardam semelhança com os efeitos dos termos *digital divide* e *digital apartheid*, em inglês (ou brecha digital, no espanhol). Minha intenção não é conferir à origem dos termos o poder de determinar permanentemente sua significação, mas mapear essa historicidade para identificar o trabalho de construção que lhes confere uma suposta estabilização conceitual. Com isso, pretendo demonstrar, na prática, a política ontológica em ação em dispositivos de inscrição como relatórios e artigos acadêmicos e jornalísticos.

Essa busca pela historicidade pode ser conferida em Gunkel (2003), onde, da mesma maneira que em Silveira (2008), o autor procura tecer uma crítica ao uso do termo *digital divide*, não com o objetivo de buscar imperfeições ou soluções, mas procurando “examinar a terminologia, a estrutura e a forma que tornam possível a articulação do problema (GUNKEL, 2003:500)”. Segundo tal perspectiva, o termo teria sido cunhado na década de 1990, nos Estados Unidos da América. Embora sua origem não seja clara, Gunkel cita como prováveis 'pais' um grupo de jornalistas do jornal *Los Angeles Times* que “começaram a utilizá-lo em 1996 para nomear diferenças de opinião acerca de novas tecnologias (GUNKEL, 2003:501)”, a administração Clinton-Gore e o jornal *The New York Times*, onde o termo teria sido usado para se nomear o fosso nas oportunidades educacionais norte-americanas, bem como o livro *The Emperor's Virtual Clothes*, de 1995, do escritor Dinty Moore, onde o termo aparece “para distinguir entre defensores e detratores no debate sobre o valor da TI (GUNKEL, 2003:502)”. Nessa busca pelas origens do termo, destacam-se os diferentes significados a ele conferidos. Além dos anteriormente citados, o autor enumera outros, onde o termo é usado, por exemplo, para nomear incompatibilidades entre tecnologias analógicas e digitais – em sistemas de telefonia celular, de televisão, em transmissão via satélite e em radiologia – e, ainda, para nomear desigualdades de causa racial na distribuição de oportunidades de emprego na indústria de TI.

O quadro pintado por Gunkel (2003) demonstra claramente o caráter indefinido do que significava o termo *digital divide* em seu alvorecer. A narrativa terminológica que o autor tece configura, portanto, um termo fluido, que ele chama de **alvo móvel** (*moving target*), algo que

*não somente nomeia diferentes tipos de diferenças tecnológicas e sociais, mas, mesmo quando ele parece se referir ao mesmo objeto, o faz de maneira distinta em diferentes instantes e em diferentes contextos. Esta complexidade não deriva de alguma origem unívoca que subtende e ancora a **multiplicidade**. Não é algum tipo*

de confusão terminológica que posteriormente veio afligir o que inicialmente tinha sido um conceito puro e homogêneo. Em vez disso, o [termo] digital divide é originalmente e persistentemente plural (GUNKEL, 2003:504, grifos nossos).

Assim, naqueles primeiros anos da década de 1990, não havia uma única versão de *digital divide*, mas várias²⁹, ainda que algumas delas tenham se cristalizado melhor do que outras ao longo do tempo e das práticas que as sustentavam/configuravam.

Algumas dessas versões, que posteriormente iriam conferir à *digital divide* o perfil de um problema global, estão inscritas em uma série de relatórios publicados a partir de 1995 pelo Departamento de Comércio dos EUA, através de sua agência voltada às telecomunicações e à informação – a *National Telecommunications and Information Administration* (NTIA). Nesse grupo de documentos, o termo *digital divide* entra em cena pela primeira vez no relatório de 1998, intitulado *Falling Through the Net II – New Data on the Digital Divide*. Embora não haja uma definição explícita do que significaria *digital divide*, a introdução do documento nos dá uma pista:

À pedido do vice-presidente Gore, a NTIA, do Departamento de Comércio, analisou as taxas de penetração das linhas telefônicas e dos computadores [e modems] através dos EUA para determinar quem está e quem ainda não está conectado. A NTIA colocou como meta fundamental a conexão de todos os americanos à infraestrutura de informação (NTIA, 1998, grifos nossos).

Assim, no relatório, o termo *digital divide* parece denotar uma espécie de fosso que separaria, na época, os que tinham acesso a linhas telefônicas e a computadores/modems dos que não tinham acesso a essas tecnologias. Tendo essa interpretação em mente, poderíamos dizer que o primeiro relatório, publicado em 1995 e intitulado *Falling Through the Net: A Survey of the “Have Nots” in Rural and Urban America*, traz consigo, ainda que implicitamente, o futuro conceito de *digital divide*, traduzido através da dicotomia *information haves/information have-nots*, algo como 'os que tem informação/os que não têm informação'. Ter ou não ter informação, nesse caso, equivaleria a ter ou

29 Embora Gunkel (2003) não faça essa distinção, Law (2004) considera que há diferenças entre os conceitos de **multiplicidade** (onde as versões de realidade se sobrepõem e dependem umas das outras) e de **pluralidade** (onde as versões são independentes entre si).

não ter acesso a linhas telefônicas e a computadores/modems (ou, em última instância, a estar ou não inserido na 'Sociedade da Informação'). Ainda neste rol de documentos, uma tentativa de definição do termo foi realizada no terceiro relatório, publicado em 1999 e intitulado, não por acaso, *Falling Through the Net: Defining the Digital Divide*³⁰. Nele, a definição sugerida no título é realizada através do refinamento das pesquisas anteriores, com a inclusão de dimensões referentes, por exemplo, ao local em que as pessoas acessam à internet, ao que elas acessam e ao motivo pelo qual certas pessoas não estão conectadas.

A ideia de multiplicidade defendida por Gunkel (2003) não se perde com a aparente estabilização/definição do termo *digital divide* pretendida nos relatórios do NTIA. A inclusão de outras dimensões na configuração do que se entende por *digital divide*, do relatório de 1998 para o de 1999, continua mostrando o caráter fluido do mesmo. Além disso, como diria Latour (2000), o destino de fatos e artefatos não está nas mãos daqueles que os forjaram, mas nas mãos dos que vêm depois destes. Assim, não poderia haver garantias de que o termo *digital divide* manteria seu significado, mesmo sua forma, quando outras pessoas, em outros contextos, com ele tomassem contato.

No Brasil, por exemplo, recordando as palavras de Silveira (2008), o termo *digital divide* aparece comumente traduzido como 'exclusão digital'. Mas, como se deu essa tradução? Que consequências ela traz para nós, brasileiros? Novamente, mapear origens e marcos fundadores não constitui tarefa simples, mas pode-se, pelo menos, tentar acompanhar o que diziam e faziam os que, em determinada época e lugar, se ocupavam dessas questões.

A ideia é mergulhar no caldeirão fervente dos ingredientes que procuram obdurar suas versões de mundo; embora não seja possível determinar a ordem em que os ingredientes foram lançados nesse caldeirão, proponho um exercício de experimentação de cada um deles, sentindo-lhes a textura e o gosto, antes que se dissolvam.

No reino das metáforas e alegorias

30 Vale notar que no relatório de 1999 o termo perde as aspas entre as quais era apresentado no relatório de 1998.

Durante nossa jornada acompanhamos a tortuosa 'criação' do termo *digital divide*, nos Estados Unidos da América, e fizemos uma pausa quando esse termo 'chega' em terras brasileiras sob a forma aparente do termo 'exclusão digital'. Para seguirmos viagem, proponho, novamente inspirado por Law (2004), que atentemos para o uso, nos textos, de recursos estilísticos comumente atribuídos à literatura não científica, tais como as metáforas e as alegorias³¹. A ideia é que a identificação dessas figuras de linguagem constitui um meio interessante para lidar com um objeto de pesquisa pouco afeito à estabilização, no intuito de acompanhar de perto como a escolha dos termos e as imagens por eles evocadas, criam, de repente, versões mais ou menos claras de realidade (de exclusão digital, por exemplo), enquanto, ao mesmo tempo, lançam outras na penumbra ou na escuridão. Caminharemos, portanto, na turva fronteira que separa o que é feito presente daquilo que é alterizado.

Metáforas e normatividade

Para começar, gostaria de citar Wyatt (2004), que em trabalho sobre o poder das metáforas³², destaca que

*[q]uando empregadas pelos atores sociais, as metáforas nem sempre são meramente descritivas. Sua utilização não é uma tentativa inocente de analistas e políticos de demonstrar suas próprias capacidades imaginativas ou de apelar para a imaginação de seu público. **Metáforas têm também uma dimensão normativa;** elas podem ser usadas para ajudar o imaginário se tornar real ou verdadeiro (WYATT, 2004:244, grifos nossos).*

31 Não estou afirmando que a literatura científica prescinde do uso de metáforas e alegorias. A questão é que nela esses recursos costumam ser utilizados de forma não explícita. Para um exemplo interessante que corrobora essa ressalva, ver Martin (1991) e Latour (2000).

32 Wyatt (2004:258) define metáfora como “a descrição de uma coisa em termos de outra, para criar um efeito dramático ou porque não é possível descrevê-la de maneira diferente”. Law (2004:88), por sua vez, define alegoria como “a arte de conferir um significado diferente e além daquilo que está sendo dito sobre algo. Intimamente ligado à ironia e também à metáfora, é a arte de decodificar este significado, lendo nas entrelinhas para entender o que está realmente sendo representado”. Neste artigo, fiz menção às duas figuras sem estabelecer distinção entre elas.

Esse caráter simultaneamente descritivo e normativo das metáforas é identificado pela autora em textos acadêmicos e jornalísticos referentes a duas ciências – a Economia e a Geofisiologia (Teoria Gaia). Neles, a autora destaca o que chama de quatro características importantes no uso das metáforas:

Primeiro, as metáforas podem ajudar os cientistas a pensar sobre novos fenômenos e novos problemas (...). Segundo, as metáforas podem se solidificar (...) e inibir a reflexão sobre novos fenômenos e novos problemas. Terceiro, uma metáfora de sucesso pode alterar nosso entendimento sobre o mundo (...). Finalmente, as metáforas são contestáveis e há questões políticas e cognitivas reais em jogo [quanto a seu uso] (...) (WYATT, 2004:249).

O objetivo da autora, à luz dessas características normativas, foi identificar quais metáforas compunham os textos sobre a internet na prestigiada revista *Wired*, “conhecida por suas concepções libertárias [no que diz respeito às TICs] (WYATT, 2004:249)”. Em seu estudo, ela identifica metáforas que giram em torno de temas tais como “revolução, evolução, salvação, progresso, universalismo e o 'sonho americano' (WYATT, 2004:257)”, que ao mesmo tempo em que revelam um entusiasmo frente a um suposto potencial inclusivo da Internet, acabam por suportar um “desejo de promoção de um desenvolvimento tecnológico único e globalizador (WYATT, 2004:257)”, que a autora questiona veementemente, por seu caráter universalista.

Inclusão e exclusão

É nessa linha reconhedora das possibilidades imaginativas (e limites) das palavras que podemos entender a conformação da exclusão digital no Brasil. O *Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil*, por exemplo, pode nos fornecer alguns elementos narrativos interessantes para essa empreitada, por seu caráter aparentemente seminal. Publicado no ano 2000, tinha como

objetivo fornecer elementos para o debate público de um programa nacional de ações que teria como objetivo levar o Brasil rumo à 'Sociedade da Informação'³³. Em seu prefácio, podemos ler que

o MCT [Ministério da Ciência e Tecnologia] compôs um Grupo de Implantação do chamado Programa Sociedade da Informação no Brasil, que iniciou atividades em agosto de 1999 com entusiasmo ímpar. Em 15 de dezembro [de 2000], o Programa foi oficialmente lançado pela Presidência da República. A partir de janeiro deste ano, principiou-se a trabalhar na proposta preliminar detalhada do Programa, mediante a criação de Grupos Temáticos de discussão, contratação de estudos, análise de experiências no exterior etc. (SOCINFO, 2000:xv).

As futuras ações do Programa Sociedade da Informação no Brasil seriam posteriormente publicadas em um *Livro Branco*³⁴, tendo como referência o debate público que, assim esperava-se, se estabeleceria em torno das recomendações presentes no *Livro Verde*. Este último, em particular, procurou trazer um conteúdo extremamente ambicioso, baseado em duas propostas:

1º) a proposta do Grupo tenta cobrir, de forma articulada e abrangente, todos os aspectos considerados relevantes para a Sociedade da Informação no Brasil, de P&D a aplicações, do setor governamental ao setor privado, de tecnologias avançadas a impacto social; 2º) a proposta do Grupo tenta chegar até o nível de ações concretas, visando a enriquecer as discussões subseqüentes para a consolidação de um plano final no Livro Branco (SOCINFO, 2000:xv).

Um mergulho nesse conteúdo mostra que a metáfora-chave nele presente é a da **inclusão/inserção**, no sentido de que existe um novo paradigma de organização social (o da Sociedade da Informação) que perpassa diversas dimensões da vida e de que é imprescindível dele fazer parte. A visão é de que o Brasil, já no caminho de se integrar à 'Sociedade da Informação', deve acelerar esse processo. Literalmente,

33 Trata-se do Programa Sociedade da Informação no Brasil (SocInfo).

34 Até onde pude apurar, o *Livro Branco* jamais foi publicado.

*[a]o Brasil urge acelerar o processo de articulação efetiva de um programa nacional para a Sociedade da Informação. (...) E a emergência do novo paradigma constitui, para o Brasil, oportunidade sem precedentes de prestar significativa contribuição para **resgatar a sua dívida social, alavancar o desenvolvimento e manter uma posição de competitividade econômica no cenário internacional**. A **inserção** favorável nessa nova onda requer, entretanto, além de base tecnológica e de infraestrutura adequadas, um conjunto de condições e de inovações nas estruturas produtivas e organizacionais, no sistema educacional e nas instâncias reguladoras, normativas e de governo em geral (SOCINFO, 2000:5, grifos nossos).*

Desta forma, a chamada sociedade da informação é colocada como uma externalidade, em relação a qual se pode estar incluído ou excluído. Vale notar, ainda, um certo teleologismo que coloca a **inserção** nesta nova sociedade como um evento inevitável, uma visão na qual “[t]odos os países caminham, voluntária ou involuntariamente, rumo à sociedade da informação. Compete a cada um encontrar sua rota e suas prioridades (SOCINFO, 2000:6)”. Fica clara, também, a metáfora da estrada, onde caminhar é preciso e ficar parado, uma impossibilidade; onde a escolha adequada de uma rota pode levar ou não a uma inserção sem riscos, a uma “inserção favorável”.

A metáfora da estrada aparece em um outro momento do *Livro Verde*, com outro sentido, quando é dito que “[o] conjunto desses recursos [que dão suporte à malha de meios de comunicação da sociedade da informação] forma uma verdadeira “superestrada” de informações e serviços freqüentemente chamada de “infovia” ou “supervia” (SOCINFO, 2000:3)”. Este trecho revela uma ressonância com algumas metáforas nascidas em solo norte-americano, onde, segundo Wyatt (2004),

[a] metáfora do [vice-presidente] Gore da superestrada guiou o desenvolvimento e a implementação de uma série de políticas em torno da Infraestrutura Nacional de Informação durante o primeiro mandato do presidente Clinton. A metáfora tem sido significativamente mais bem sucedida do que suas políticas de implementação,

refletindo as promessas de liberdade e mobilidade atribuídas ao automóvel no início do século XX (WYATT, 2004:251).

Assim, o *Livro Verde* parece trazer consigo, com a proposição de inclusão do Brasil em um suposto novo paradigma de sociedade global, metáforas com referenciais que não nasceram em nossas terras (ainda que o automóvel e rodovias também façam parte de nossa história). Não estou defendendo, nesse caso, uma aversão à influência estrangeira, mas à ausência de problematização dos possíveis efeitos que residem no uso dessas metáforas. De alguma maneira, o próprio *Livro Verde* parece reconhecer esse traço importador de termos e conceitos, no seguinte trecho:

*O Programa HPCC (High Performance Computing and Communications) (...) expandiu-se a partir de 1993/94 para incluir a iniciativa da National Information Infrastructure (NII), impulsionada pela administração Clinton/Gore, com **foco na abordagem de desafios concretos da economia e sociedade americana**. A chamada NII foi o mote inicial a partir do qual, em 1994, os EUA lançaram a idéia da Global Information Infra-structure (GII) como **um desafio mundial a ser enfrentado por todos os governos**. (...) O modelo de execução do Programa [HPCC], matriciado pelas agências federais [norte-americanas] envolvidas (NSF, Nasa, DOE, EPA e outras), é exemplar e inspirador de várias iniciativas subseqüentes [de inserção na Sociedade da Informação], inclusive do Programa Sociedade da Informação [brasileiro] (SOCINFO, 2000:107, grifos nossos).*

O que na maior parte do *Livro Verde* é pintado como um fenômeno global e sem pátria, de repente aparece como uma proposição de origem local, voltada aos “desafios concretos da economia e sociedade americana”, mas que, desde sua origem, tem pretensão de servir de modelo, inspiração e exemplo ao resto do mundo. A metáfora de inclusão em uma sociedade da informação aparece, portanto, como decorrente e sustentadora de um discurso **global local**, que nós, brasileiros, pelo menos nos primeiros anos do século XXI, assimilamos sem maiores questionamentos.

A presença de termos como 'infovia', 'supervia' e 'superestrada', no *Livro Verde*, não é, portanto, uma surpresa, assim como não é de se estranhar a ocorrência do termo **divisão digital**, tradução literal de *digital divide*, que, como vimos anteriormente, também tem sangue norte-americano

correndo nas veias. Com abordagem semelhante à dos relatórios do Departamento de Comércio dos EUA, o *Livro Verde* define o termo como uma “divisão entre beneficiários e despossuídos da revolução digital (SOCINFO, 2000:31)”. Entretanto, diferentemente dos já citados relatórios da NTIA, o Livro verde configura metáforas que criam, por exemplo, um novo tipo de classe social, a dos 'info-excluídos'. Esta criação parece decorrer da metáfora da inclusão que perpassa toda a publicação. Se, de uma maneira geral, fala-se da inclusão do país na sociedade da informação, a publicação também fala da inclusão dos indivíduos nessa mesma sociedade. Assim, a ideia de divisão, de fosso (presente no termo *digital divide*), é substituída pela dicotomia inclusão/exclusão. Vejamos algumas dessas metáforas em ação:

*No novo paradigma gerado pela sociedade da informação, a universalização dos serviços de informação e comunicação é condição fundamental, ainda que não exclusiva, para a **inserção** dos indivíduos como cidadãos, para se construir uma Sociedade da Informação para todos (...). Para que se tenha universalização de fato, há de se procurar soluções para **inclusão** das populações com baixo poder aquisitivo nas redes digitais. O conceito de universalização tem caráter evolutivo, decorrente da velocidade do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e das novas oportunidades e assimetrias provocadas por esse desenvolvimento – fontes de novas formas de **exclusão**, que devem ser continuamente acompanhadas e consideradas (SOCINFO, 2000:31, grifos nossos)*

Resumindo, há, no *Livro Verde*, a concepção de que as TICs possuem uma capacidade evolutiva no que diz respeito à sua velocidade de desenvolvimento. Essa velocidade faria surgir novas oportunidades e novas assimetrias; os indivíduos incapazes (ou impedidos) de acompanhar tal velocidade ficariam para trás. Excluídos, fora das redes digitais, estariam também apartados de aproveitar as benesses decorrentes da inclusão na sociedade da informação. **Em outras palavras, a exclusão digital seria uma nova forma de exclusão social.** Dessa conclusão, surgiria, portanto, a necessidade de se **incluir os excluídos** nas redes digitais. Como se vê, aos poucos vai sendo forjada **uma** forma estável para o conceito de **inclusão digital**.

Reparem que a metáfora assemelha-se à do termo *digital divide* no que diz respeito à dicotomia (na primeira, se pode estar incluído ou excluído; na segunda, de um lado ou do outro do fosso da divisão digital), mas difere desta última quanto a outras imagens. Um exemplo dessa diferença: a noção de

exclusão não permite ver em que outros universos sociais o suposto excluído está incluído; já a noção de fosso remete a uma ideia de isolamento entre universos sociais, que, por sua vez, impede a consideração de que possa haver algum tipo de relação entre eles. Apesar dessa diferença, também nos EUA houve um deslocamento terminológico para a ideia de inclusão digital (*digital inclusion*), como revela o título do quarto relatório da série: *Falling Through the Net: Toward Digital Inclusion*, onde foram reconhecidos os avanços na inclusão dos americanos na sociedade da informação e o que ainda poderia/deveria ser feito para garantir este acesso aos que ainda não estavam incluídos.

À guisa de conclusão

Outras metáforas podem ser vislumbradas nos textos analisados até aqui³⁵. Além disso, outras publicações e iniciativas certamente contribuíram para a construção dessa visão de inclusão digital no Brasil. A narrativa aqui tecida resultou da leitura e análise de documentos publicados, sobretudo, por órgãos governamentais e pesquisadores que se lançaram sobre o tema com um olhar semelhante ao aqui proposto, isto é, procurando origens, marcos fundadores e mudanças de significação e atentando para as limitações e possibilidades criadas a partir do uso de certas metáforas e alegorias. Não me debrucei, nesse artigo, sobre os inúmeros projetos de inclusão digital que se espalharam pelo Brasil e que, de alguma maneira, assentaram-se sobre as metáforas aqui analisadas. Muito provavelmente, um estudo enraizado nas práticas e relações sociais onde tais projetos são conduzidos pode contribuir com outros elementos para se entender a construção do discurso da inclusão digital e ampliar o caráter múltiplo do significado atribuído à expressão.

Tendo em vista a longevidade e a presença desse discurso no Brasil, que mantém, no âmbito governamental, diversas estruturas voltadas à implantação, ao financiamento e à articulação de políticas de inclusão digital³⁶, atentar para essa multiplicidade e para a política ontológica envolvida na ação de pesquisa dessas iniciativas pode representar um caminho interessante para uma análise mais problematizante desse discurso. Nesse artigo, procurei indicar alguns caminhos nessa direção,

35 Outra metáfora digna de nota pode ser encontrada no título dos relatórios do NTIA, *Falling Through the Net*, que pode, por um lado, ser interpretado como "fracassar no intuito de fazer parte das redes digitais", mas, segundo uma interpretação mais literal, pode também ser lido como "cair através das malhas das redes digitais".

36 Para maiores detalhes, consultar Governo Federal do Brasil (2011) e Minicom (2012).

que, assim espero, também podem contribuir com elementos para a discussão das políticas públicas de ciência e tecnologia segundo um olhar sociotécnico.

Referências

AZEVEDO, J. M. de, 2009, *TICs, Comunidades, Estado, Esfera Pública e Governança: casos de inclusão digital no Brasil*. Tese de D.Sc., COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

CASTELLS, Manuel, 1999, *A sociedade em rede*. v. 1, São Paulo, Paz e Terra.

DIAS, L. R., 2010, *Anuário ARede de inclusão digital: projetos da sociedade civil*. São Paulo, Momento Editorial. Disponível em

<http://www.arede.inf.br/pdfs/Anuario/20ARede_2011.pdf>. Acesso em: 17 mar 2012.

DIAS, L. R., 2011, *Anuário ARede de inclusão digital: projetos do setor público*. São Paulo, Bit Social. Disponível em

<<http://www.arede.inf.br/inclusao/images/anuario2012/AnuarioARed201.pdf>>. Acesso: em 17 mar 2012.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL, 2011, *Inclusão digital*. Disponível em

<<http://www.inclusaodigital.gov.br/>>. Acesso em 14 ago 2012.

GUNKEL, D. J., 2003, "Second Thoughts: Toward a Critique of the Digital Divide", *New media & society*, v. 5, n. 4, pp. 499-522.

HEINHARD, N., MACADAR, M. A., 2006, "Governance and Management in the Sao Paulo Public Telecenter Network", *Information Technology for Development*, v. 12, n. 3, pp. 241–246.

LATOUR, B., 2000, *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo, Editora UNESP.

LAW, J., 2004, *After method: mess in social science research*. London; New York, Routledge.

LAW, J., 2006, "Making a mess with method". version of 19th January 2006. Disponível em <http://www.heterogeneities.net/publications/Law2006MakingaMesswithMethod.pdf>. Acesso em: 17 mar 2012.

LEVY, P., "A invenção do computador". In: SERRES, Michel (org.). *Elementos para uma História das Ciências III: de Pasteur ao computador*. Lisboa, Terramar, 1989.

MARTIN, E., 1991, "The Egg and the Sperm: How Science Has Constructed a Romance Based on Stereotypical Male-Female Roles", *Signs*, v. 16, n. 3, pp. 485–501.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES (MINICOM), 2012, *A secretaria de inclusão digital*. Disponível em <http://www.mc.gov.br/inclusao-digital/a-secretaria-de-inclusao-digital>. Acesso em: 14 ago 2012.

NATIONAL TELECOMMUNICATIONS AND INFORMATION ADMINISTRATION (NTIA), 1995, *Falling Through the Net: A Survey of the 'Have-nots' in Rural and Urban America*. US

Department of Commerce, Washington, D.C. Disponível em

<<http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/fallingthru.html>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

NATIONAL TELECOMMUNICATIONS AND INFORMATION ADMINISTRATION (NTIA), 1998,
Falling Through the Net II: New Data on the Digital Divide. US Department of Commerce,
Washington, D.C. Disponível em <<http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/net2/falling.html>>.
Acesso em: 23 fev. 2012.

NATIONAL TELECOMMUNICATIONS AND INFORMATION ADMINISTRATION (NTIA), 1999,
Falling through the Net: Defining the Digital Divide. US Department of Commerce,
Washington, D.C.. Disponível em <<http://www.ntia.doc.gov/report/1999/falling-through-net-defining-digital-divide>>. Acesso em: 23 fev.2012.

PROGRAMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (SOCINFO), 2000, *Sociedade da
informação no Brasil: livro verde*. Brasília, Ministério da Ciência e Tecnologia.

SANTOS, E. S., 2006, *Desigualdade social e inclusão digital no Brasil*. Tese de doutorado,
IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

SILVEIRA, S. A. da, 2001, *Exclusão Digital: a miséria na era da informação*. São Paulo,
Fundação Perseu Abramo.

SILVEIRA, S. A. da, “A noção de exclusão digital diante das exigências de uma
cibercidadania”. In HETKOWSKI, T. M. (org.), *Políticas públicas & inclusão digital*,
Salvador, Brasil, EDUFBA, 2008.

WYATT, S., 2004, “Danger! Metaphors at Work in Economics, Geophysiology, and the Internet”, *Science, Technology, & Human Values*, v. 29, n. 2, pp: 242-261.